

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

2



*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

Atena
Editora

Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

2



*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] :
necessidades individuais & coletivas 2 / Organizadora
Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa,
PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-363-7

DOI 10.22533/at.ed.637200909

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I.
Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas”, são ao todo trinta e dois artigos organizados e apresentados em dois volumes.

As pesquisas abordam temas relevantes que visam identificar, analisar e refletir sobre as relações estabelecidas entre os fenômenos sociais, econômicos e políticos no atual contexto.

No primeiro volume apresenta-se quatorze artigos com pesquisas relacionadas a três eixos temáticos: Desenvolvimento tecnológico, inovação e sustentabilidade; Consumo, comunicação e informação e Educação e processos de formação voltados para a cidadania e práticas emancipatórias.

O segundo volume é composto por dezoito artigos que tratam sobre políticas públicas e gestão pública e os impactos no atendimento das demandas relacionadas a área de saúde, profissionalização, socioeducação, sistema judiciário e processos de institucionalização. Os artigos analisam também os aspectos políticos e coligações partidárias.

Os artigos possibilitam o reconhecimento e análise de maneira mais aprofundada dos temas abordados, bem como, podem contribuir para a realização de novos questionamentos e pesquisas, com aproximações sucessivas das relações sociais e desvelamento das necessidades individuais e coletivas existentes no atual contexto

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

SUSPENSÃO DE PROCEDIMENTOS HEMODINÂMICOS: UM DESAFIO PARA A GESTÃO PÚBLICA

Alexandre Rodrigues Inácio de Azevedo

Jéferson Valente Vieira

Adriana Maria Lamego Rezende

Renato Cruz de Sousa

Ana Luísa Carneiro Pereira Gonçalves

Bráulio Lamego Resende

Fernanda Cruz de Souza

Matelane dos Anjos Rezende

DOI 10.22533/at.ed.6372009091

CAPÍTULO 2..... 14

COVID 19 COMO DOENÇA OCUPACIONAL E SEUS IMPACTOS NA ESFERA PREVIDENCIÁRIA

Letícia Vieira Mattos

DOI 10.22533/at.ed.6372009092

CAPÍTULO 3..... 25

O ROMPIMENTO DO HIATO DO GÊNERO A PARTIR DE ROTAS METABÓLICAS BIOQUÍMICAS

Maria Betânia de Oliveira Garcia

Carolina Helena Almeida Silva

Ariane Ribeiro Martins

DOI 10.22533/at.ed.6372009093

CAPÍTULO 4..... 41

AGLOMERADOS DE ALTO RISCO DE MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE NO BRASIL

Érika Carvalho de Aquino

Vinícius da Silva Oliveira

Marli de Mesquita Silva Montenegro

José Maurício Botto de Barros Garcia

João Bosco Siqueira Júnior

Otaliba Libânio de Moraes Neto

DOI 10.22533/at.ed.6372009094

CAPÍTULO 5..... 58

BREVE REFLEXÃO SOBRE ADOÇÃO E A CULTURA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Izabel Tereza Sousa Silva

Wnágylly Jéssica da Silva Pinheiro

Juliana Lara Borges Soares

Anna Gabriella Barbosa de Carvalho Silva

Cidianna Emanuely Melo do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.6372009095

CAPÍTULO 6..... 66

TURISMO E CULTURA: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS GRUPOS DE CARIMBÓ DE BELÉM-PA

Victor Barbosa Campos

Maria Augusta Freitas Costa Canal

DOI 10.22533/at.ed.6372009096

CAPÍTULO 7..... 78

AFETOS EM MOVIMENTO: TRAJETÓRIAS DE MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E NO MST

Flávia Cunha Pacheco

Carolina de Andrade Guarnieri

Luna Carulina Mendes Filgueiras

Maria Therezinha Loddi Liboni

DOI 10.22533/at.ed.6372009097

CAPÍTULO 8..... 90

ESTRATÉGIAS DE *COPING* ADOTADAS POR FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Ana Naysa Albuquerque Teixeira

Cibelly Aliny Siqueira Lima Freitas

Verônica de Azevedo Mazza

Maria Adelane Alves Monteiro da Silva

Etelvina Melo Sampaio

Benedita Shirley Carlos Rosa

DOI 10.22533/at.ed.6372009098

CAPÍTULO 9..... 106

CAPITAL TRABALHO E ESTADO NA POLÍTICA PÚBLICA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO AGRONEGÓCIO: TRILHAS DE UMA PESQUISA NO ESTADO DO PIAUÍ

Paula Maria do Nascimento Mazullo

Maria Dione Carvalho de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.6372009099

CAPÍTULO 10..... 119

COMO PROMOVER A REINSERÇÃO DE EX-PRESIDIÁRIOS NA SOCIEDADE DE MATO GROSSO

Hiayssa França Almeida

DOI 10.22533/at.ed.63720090910

CAPÍTULO 11..... 121

A INDEPENDÊNCIA CONGOLESA COMO UM PROCESSO DE MANUTENÇÃO DO CONSERVADORISMO SOCIAL E ECONÔMICO

Felipe Antonio Honorato

Paulo Cesar de Abreu Paiva Júnior

DOI 10.22533/at.ed.63720090911

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 12..... | 133 |
| JUSTIÇA RESTAURATIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA A CULTURA DE PAZ MEDIANTE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS | |
| Débora Maria Ferreira da Silva | |
| Francisco Mateus Pontes Pereira | |
| Tânia Gabriela de Sousa de Paiva | |
| Maria Isabel Silva Bezerra Linhares | |
| DOI 10.22533/at.ed.63720090912 | |
| CAPÍTULO 13..... | 144 |
| O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO: UMA ANÁLISE DE SUA NATUREZA JURÍDICA | |
| Mateus Gruber | |
| Sarah Francine Schreiner | |
| DOI 10.22533/at.ed.63720090913 | |
| CAPÍTULO 14..... | 155 |
| “FUTEBOL-BANDIDO”: OS <i>CARTOLAS DA CBF</i> E A CORRUPÇÃO NO BRASIL | |
| Breno Carlos da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.63720090914 | |
| CAPÍTULO 15..... | 168 |
| O DIREITO FUNDAMENTAL À PROFISSIONALIZAÇÃO DE SOCIOEDUCANDOS QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM SALVADOR: ABORDAGEM CRÍTICO-ANALÍTICA | |
| Evandro Luís Santos de Jesus | |
| DOI 10.22533/at.ed.63720090915 | |
| CAPÍTULO 16..... | 179 |
| O SOCIALISMO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA | |
| Rodolfo Palazzo Dias | |
| Eric Gil Dantas | |
| DOI 10.22533/at.ed.63720090916 | |
| CAPÍTULO 17..... | 203 |
| COALIZAÇÕES ORGANIZACIONAIS – RESPOSTA À CONJUNTURA DE ALTA COMPETITIVIDADE | |
| Adelcio Machado dos Santos | |
| Daniel Tenconi | |
| DOI 10.22533/at.ed.63720090917 | |
| CAPÍTULO 18..... | 216 |
| ANCESTRALIDADE E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DE MÃE HILDA DE JITOLU | |
| Ayni Estevão de Araujo | |
| Geander Barbosa das Mercês | |
| DOI 10.22533/at.ed.63720090918 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA..... | 227 |

ÍNDICE REMISSIVO228

“FUTEBOL-BANDIDO”: OS CARTOLAS DA CBF E A CORRUPÇÃO NO BRASIL

Data de aceite: 01/09/2020

Data de Submissão: 27/05/2020

Breno Carlos da Silva

Doutorando do Programa de Pós Graduação
em Ciências Sociais da
UNESP-FCLAr (Faculdade de Ciência e Letras
de Araraquara-SP)
<http://lattes.cnpq.br/5745313572005368>

RESUMO: O trabalho elabora uma interpretação sociológica sobre as relações políticas, os valores sociais e as formas de sociabilidade que permeiam a sociedade brasileira, tendo como estudo de caso análises acerca da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e seus dirigentes. A pesquisa visa problematizar a atuação e interesses dos “cartolas” da CBF (dirigentes de futebol da entidade), enquanto instituição privada, assim como compreender os princípios que orientaram o “modus operandi” desses dirigentes no controle de um bem público nacional, o futebol brasileiro. O mote dessa pesquisa consiste em pensar os valores da cultura política brasileira por meio de um componente visceral de nossa sociedade, ou seja, o futebol. O universo sócio-político que compõe o futebol brasileiro, propicia problematizar, para que possamos compreender, como os elementos da cultura política nacional, como o patrimonialismo e o “ethos” social da cordialidade, são operacionalizados em ações políticas que beneficiaram os “cartolas da CBF”, além de servirem de base para práticas de corrupção. Tendo como fundamentação teórica

as interpretações sociológicas acerca dos efeitos da confusão público-privada na sociedade brasileira encontramos certa tensão no que tange ao conceito de patrimonialismo de base teórica weberiana. Tal contenda se dá, sobretudo, entre concepções tradicionais, de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Raymundo Faoro (1958), e concepções mais recentes como as de Luiz Werneck Vianna (1999), Carlos Eduardo Sell (2016) e Jessé de Souza (2015,2017). Assim, diante dessa problemática proponho uma hipótese na qual a atuação dos *cartolas da CBF* na gestão política e institucional do futebol brasileiro, permite ampliar a compreensão da confusão público-privado expressa no patrimonialismo, uma vez que revela como os agentes de uma entidade privada se apropriaram de um bem público nacional - o futebol brasileiro - para benefícios privados de um grupo oligárquico que comandou, e de certo modo, ainda comanda a grande paixão esportiva nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Política, Futebol, Público e Privado.

“FUTEBOL-BANDIDO”: THE TOP HATS OF THE CBF AND CORRUPTION IN BRAZIL

ABSTRACT: The work elaborates a sociological interpretation of political relations, social values and forms of sociability that permeate Brazilian society, having as a case study analyzes about the CBF (Confederação Brasileira de Futebol) and its leaders. The research aims to problematize the performance and interests of the “top hats” of CBF (football directors of the entity), as a private institution, as well as to understand the principles that guided the “modus operandi” of these

managers in the control of a national public good, football Brazilian. The motto of this research is to think about the values of Brazilian political culture through a visceral component of our society, that is, football. The socio-political universe that makes up Brazilian football, makes it possible to problematize, so that we can understand, how the elements of the national political culture, such as patrimonialism and the social “ethos” of cordiality, are operationalized in political actions that benefited the “top hats of CBF”, in addition to serving as a basis for corrupt practices. Based on the theoretical basis of the sociological interpretations about the effects of public-private confusion in Brazilian society, we find some tension regarding the concept of patrimonialism with a theoretical Weberian basis. Such strife occurs, above all, between traditional conceptions, by Sérgio Buarque de Holanda (1936) and Raymundo Faoro (1958), and more recent conceptions such as those by Luiz Werneck Vianna (1999), Carlos Eduardo Sell (2016) and Jessé de Souza (2015,2017). Thus, in view of this problem, I propose a hypothesis in which the role of the CBF top hats in the political and institutional management of Brazilian football, allows for a broader understanding of the public-private confusion expressed in patrimonialism, since it reveals how the agents of a private entity are they appropriated a national public good - Brazilian football - for the private benefit of an oligarchic group that commanded, and in a way, still commands the great national sports passion.

KEYWORDS: Culture, Politics, Football, Public and Private.

1 | INTRODUÇÃO

A proposta desse trabalho consiste em compreender os valores sociais, as relações de poder e as formas de sociabilidade que orientam a formação e desenvolvimento de instituições assim como as práticas dos atores sociais e grupos políticos que detém poderes decisórios no interior da sociedade brasileira. Para tanto, faremos um estudo de caso sobre a CBF (Confederação Brasileira de Futebol).

Uma das questões centrais dessa pesquisa consiste em pensar os valores da cultura política brasileira por meio de um componente visceral de nossa sociedade, ou seja, o futebol. Contudo, não se trata apenas de pensar o futebol em si, mas abordar os elementos que constituem o futebol brasileiro ao longo de sua existência, como uma espécie de metonímia da sociedade nacional, ou seja, entender o todo por meio de uma de suas partes integrantes.

Assim, por meio de problemáticas que constituem o universo do futebol nacional procuraremos analisar os atores políticos e dirigentes, as instituições que atuam nesse campo, os interesses econômicos e práticas administrativas, as políticas públicas e intervenções estatais no setor além de implicações sociais, como os escândalos de corrupção, e compreender os valores que movem as práticas da cultura política de nossa classe dirigente no país, com destaque à notória confusão público-privada e seus desdobramentos em nossa sociedade. Afinal, como afirma o ensaísta e professor José Miguel Wisnick em seu livro *Veneno Remédio: o Futebol e o Brasil* (2008):

Aliás, passam pelo futebol brasileiro linhas incontornáveis das interpretações do Brasil, que se irradiam pela música, literatura e pelas formas de sociabilidade. É possível discutir, como se faz Gumbrecht, se o futebol expressa ou não o modo de ser de um país europeu. Mas no Brasil a questão se coloca de maneira oposta: para o bem e para o mal, uma das mais reconhecíveis maneiras pelas quais o país *se fez ser* foi o futebol. (WISNIK, 2008. p.28)

Ancorado na perspectiva de Wisnick que propõe ser “(...) *quase um lugar-comum antropológico dizer-se que o futebol é um “fato social total”, lançando-se da expressão de Marcel Mauss*” (WISNIK, 2008. p.86), procurarei demonstrar como a partir do futebol, suas implicações políticas e presença marcante na cultura brasileira, podemos compreender outros elementos que constituem nossa formação social e política nacional. Ou seja, como afirma Mauss no célebre “*Ensaio sobre a dádiva*”(1925) um “*fato social total*” é uma atividade que possui encadeamentos em toda sociedade, nos âmbitos políticos, econômicos, morais, jurídicos e religiosos. Dessa maneira, diversas categorias da vida social e psicológica que edificam uma sociedade e, por conseguinte, sua cultura são engendradas de forma conjunta sendo, portanto, inter-relacionadas, ou seja, um “*fato social total*” pode ser pensado como um evento que possui uma dimensão global numa determinada sociedade.

Destarte, o universo sócio-político que compõe o futebol brasileiro, em seu desenvolvimento histórico no interior da sociedade brasileira, propicia problematizar, para que possamos compreender, como os princípios integrantes da cultura política nacional, como o patrimonialismo e o “*ethos*” social da cordialidade, foram e são operacionalizados em ações políticas, benefícios econômicos e práticas institucionais em favor de um grupo oligárquico de “*cartolas*” (dirigentes do futebol) da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) que se apropriaram de um *fato social total brasileiro*: o futebol.

Assim sendo, ao abordar como a confusão público-privada no Brasil foi percebida, analisada e aplicada pelos estudos sociológicos se evidencia uma problemática desenvolvida por uma extensa literatura no campo das Ciências Sociais, sendo esse um dos pilares das interpretações sociológicas sobre a formação e desenvolvimento de nossa sociedade.

No bojo das interpretações sociológicas acerca dos efeitos nocivos da confusão público-privada na sociedade brasileira - como as práticas políticas clientelísticas, os conchavos, as relações personalistas, o nepotismo enquanto elementos constituintes da cultura política nacional – encontramos certa tensão no que tange ao conceito de patrimonialismo de base weberiana. Tal contenda se dá, sobretudo, entre concepções tradicionais, de Raymundo Faoro (FAORO,2012) e Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA,1995), e concepções mais recentes como as de Luiz Werneck Vianna (VIANNA,1999), Carlos Eduardo Sell (SELL,2016) e Jessé de Souza (SOUZA, 2015; 2017).

A perspectiva de Raymundo Faoro propõe que o patrimonialismo consiste na apropriação do patrimônio público por parte uma classe dirigente que, ao ocupar órgãos estatais, operam como se esses fossem suas propriedades particulares, corroendo com

tais práticas os interesses públicos, uma vez que operam como uma “*elite estatal*” que parasita a sociedade. Faoro menciona, a partir de uma concepção liberal, que nos falta à presença de agentes privados que atuem de forma livre na busca de seus interesses na sociedade civil, para além das entranhas e estruturas do Estado.

Porém, nas duas últimas décadas novas abordagens emergiram no campo de estudos das Ciências Sociais brasileiras questionando e problematizando essa aplicação do patrimonialismo como instrumento conceitual para interpretar a nossa realidade social. À vista disso, as interpretações propostas por Luiz Werneck Viana (VIANNA,1999), Carlos Eduardo Sell (SELL,2016) e Jessé de Souza (SOUZA,2015;2017) se empenharam em alargar a reflexão e aplicações dessa categoria conceitual para adensar a compreensão da sociedade brasileira a partir desse instrumental teórico-conceitual.

Para esses autores, a despeito de suas nuances, um dos efeitos da abordagem de Faoro foi pensar que o patrimonialismo se desenvolveu de forma nociva a partir do setor público-estatal e sua classe dirigente - em seus termos os *donos do poder* - por conseguinte, não vislumbrava, em seu entendimento, as relações inerentes a atuação de agentes da sociedade civil e entidades privadas nesse imbróglio, ou seja, como se tais esferas e seus agentes fossem uma espécie de *reino das virtudes e eficiência*.

Assim, diante dessa problemática teórica-conceitual proponho uma hipótese na qual a atuação dos *cartolas da CBF* na gestão política e institucional do futebol brasileiro, ao longo de seu desenvolvimento histórico, nos permite ampliar a compreensão dessa confusão público-privada expressa no patrimonialismo, dado que revela como os agentes de uma entidade privada se apropriaram de um bem público nacional - o futebol brasileiro - para benefícios privados de um grupo oligárquico que comandou, e de certo modo, ainda comanda, a grande paixão esportiva nacional.

Melhor dizendo, trata-se de compreender como os *cartolas da CBF* estabeleceram, a partir de uma entidade privada, relações políticas e institucionais orientadas por princípios personalistas, afetivos e particularistas que, foram difundidos por diversas instâncias do poder público da sociedade brasileira, fundamentando tais práticas por um “princípio”: *prejuízos públicos, benefícios privados*.

Logo, a pesquisa pretende demonstrar que a concepção de Faoro não permite abordar todas as nuances do patrimonialismo na sociedade brasileira, assim como os questionamentos propostos por Luiz Werneck Vianna, Jessé de Souza e Carlo E. Sell evidenciam um equívoco e, ao mesmo tempo, uma lacuna no que tange a compreensão do patrimonialismo para além da exclusiva atuação da classe dirigente estatal. Minha tese postula que tais querelas podem ser contempladas pela compreensão da atuação política-institucional dos *cartolas da CBF* e seus desdobramentos na cultura política nacional.

No âmbito das relações políticas que envolveram a criação e o desenvolvimento do futebol no Brasil encontramos o papel exercido por duas grandes instituições, a CBD (Confederação Brasileira de Desportos) e a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e seus respectivos “*cartolas*” (dirigentes de federações e clubes de futebol).

21 OS CARTOLAS DA CBF E O MODUS OPERANDI DA CORRUPÇÃO NO BRASIL

A criação da CBD (Confederação Brasileira de Desportos) ocorre em 1914, com o nome de “Federação Brasileira de Esportes” (FBE). Depois de alguns embates envolvendo paulistas e cariocas, em 21 de junho de 1916, foi oficializada a criação da CBD. Entretanto, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, ocorreu uma intervenção do Estado no campo dos esportes que veio a tornar a CBD uma instituição subordinada ao poder público.

Contudo, em meados dos 1950 têm início um processo de reconfiguração da identidade da CBD assim como de seus dirigentes capitaneado por João Havelange, que ficaria conhecido como o “*cartola dos cartolas*”. Nesse momento pairava entre os cartolas da CBD uma sensação de necessidade de buscar um equilíbrio entre princípios administrativos eficientes e as características singulares do modo de ser e de jogar futebol do brasileiro - o “*bailado mulato*” como afirmava Gilberto Freyre (FREYRE, 1967) - entendidos até então como incompatíveis. À época se entendia que um dos vetores de nossas derrotas nas Copas do Mundo frente a seleções consideradas mais coesas, emocionalmente equilibradas e organizadas, tanto dentro como fora de campo, se referia justamente à nossa desorganização.

Dessa maneira, tornava-se imperativo para os cartolas da CBD a época adequar o futebol brasileiro aos princípios de gestão e valores institucionais dos grandes centros europeus de futebol, numa perspectiva que vislumbrava a integração ao *processo civilizador* que o “futebol moderno” constituía e, simultaneamente, expressava, ou seja, “(...) *era necessário aliar a arte singular do jogo da bola no pé aos princípios organizacionais do Association Football*”. (SARMENTO, 2006. p.101)

Sob o comando de João Havelange, de fato, o futebol brasileiro atingiria um novo patamar em termos de organização, com vitórias seguidas em campeonatos mundiais (1958 e 1962), a despeito da derrota em 1966. A Copa de 1970 consagraria esse modelo.

Logo após as conquistas do tricampeonato mundial de futebol, a CBD e Havelange galgaram muito prestígio tanto no âmbito político interno, que a época se encontrava subordinado à militares, quanto externamente, em especial, devido ao trânsito de Havelange entre os cartolas de outras federações e confederações de futebol pelo mundo afora. O corolário desse processo ocorreu em 1974 - quando Havelange foi eleito presidente da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) - entidade máxima do futebol mundial, vencendo nas eleições o legendário cartola inglês Stanley Rous, com um amplo apoio de federações nacionais de futebol de menor prestígio no cenário mundial, mas que detinham posições estratégicas no jogo de forças do processo decisório da FIFA, com destaque para as federações de países africanos e asiáticos.

Havelange alegando incompatibilidade de funções pelos cargos que exercia, além de sofrer pressões políticas do regime militar, que segundo Sarmiento (2016) ele era

patrulado por agentes do SNI (Serviço Nacional de Informação), afastou-se da CBD, depois de 17 anos à frente da entidade, e o posto de dirigente máximo da entidade foi entregue ao almirante Heleno de Barros de Nunes, um homem do regime militar e ex-líder da ARENA (Aliança Renovadora Nacional)

Em sua gestão, ocorreram grandes mudanças na gestão do futebol brasileiro com destaque para a Lei 6.251 de 8 de outubro de 1975, aprovada pelo Congresso que estabeleceu novas diretrizes e marcos regulatórios para a atividades desportivas no país, além de fortalecer a CNE (Conselho Nacional de Esportes) e a CBD, ou seja, as esferas de poder do Estado no setor. Cabe mencionar que tal medida alterou os princípios que orientavam o processo eleitoral da CBD tornando o mais centralizado, uma vez que determinou o voto unitário das federações e confederações em detrimento do poder decisório e participativo dos clubes e agremiações esportivas.

Em 1979, a CBD vivenciou uma grande transformação institucional que já havia sido esboçada por Havelange um pouco antes de sua saída do comando da instituição e que, por conseguinte, atendia a uma exigência estipulada pela FIFA (a época sob o comando de Havelange). Através de um decreto, ficaria estabelecido que as entidades nacionais ligadas ao esporte deveriam ter dedicação exclusiva ao desenvolvimento do futebol.

Desse modo, a partir dessa exigência da entidade máxima do futebol internacional e visando um fortalecimento das modalidades amadoras, foi iniciado um processo de desmembramento de algumas modalidades esportivas por meio de criações de entidades (federações e confederações) especializadas como estipulava o Decreto-Lei 3.199 de 1973. Tais medidas, por força de lei, necessitavam ser aprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura, a época sob o comando de Eduardo Portela. O almirante Heleno Nunes com apoio de Portela adotou medidas, como reuniões e articulações políticas, que viabilizaram a saída gradual das modalidades amadoras do controle da CBD, acarretando uma significativa transformação institucional na entidade: a criação da CBF (Confederação Brasileira de Futebol).

Contudo, devido às mudanças no cenário político nacional – o início do processo de reabertura democrática iniciado no governo de Ernesto Geisel e concluído no governo de João Figueiredo – que clamava por justiça e democracia assim como exigia mudanças no comando das instituições nacionais ocupadas por militares ou vinculadas a ditadura. Dessa forma, ocorrem profundas mudanças nas normas da instituição devido a pressões realizadas por grupos políticos que reconfiguravam, mesmo que de forma embrionária, as correlações de forças na sociedade brasileira, inclusive os grandes times de futebol brasileiro que pleiteavam ampliar sua participação nos processos decisórios da CBF, houve uma eleição que levou o empresário Giulite Coutinho, vinculado ao clube América F. C. do Rio de Janeiro, a presidência da CBF em janeiro de 1980.

A gestão de Coutinho procurou se fiar em duas metas principais: ampliar o marketing internacional do futebol brasileiro e reorganizar o calendário do futebol nacional.

Nesse bojo teve início uma ampla comercialização de produtos vinculados à CBF e à seleção brasileira como meio de angariar fundos para a entidade. Além disso, teve início negociações com emissoras de televisão para a transmissão de jogos dos campeonatos de futebol organizados e/ou vinculados à CBF. Dessa maneira, a CBF adota uma política de licenciamento que estabelecia padronizações de sua marca e produtos do mesmo modo que firmava contratos com diversas empresas que visavam explorá-los comercialmente. Contudo, a gestão de Coutinho foi marcada por problemas políticos e previdenciários envolvendo os grandes clubes do futebol brasileiro.

Diante desse cenário, em janeiro de 1989, o empresário Ricardo Teixeira, genro de João Havelange, é eleito presidente da CBF, inaugurando uma “*nova fase na entidade*”. Das medidas adotadas nos primeiros movimentos de Teixeira à frente da CBF, uma teve uma condição de destaque: o atendimento de uma reivindicação dos grandes clubes do futebol brasileiro, ou seja, a redefinição do modelo de negociações dos contratos de televisão para a transmissão dos principais campeonatos, além de um novo plano de comercialização e marketing dos produtos e marcas da CBF.

Os *cartolas da CBF*, na gestão de Teixeira, aproveitaram se desse momento político de implantação de uma nova ordem constitucional para estabelecer um conjunto de conciliações com as forças e grupos de poder do futebol brasileiro, garantindo assim certa estabilidade, para implantar um plano de “*modernização administrativa*” que contou com consultorias e convênios com a Fundação Getúlio Vargas para otimizar sistema de gerenciamentos de registros, transferências e fontes de dados. Porém, o grande símbolo dessa modernização foi a construção, e conseqüentemente, a transferência da sede da entidade para um robusto e moderno edifício na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro concluída em 2014.

Todavia, cabe salientar que uma problemática viria abalar a “lua de mel” dos *cartolas da CBF* no futebol brasileiro: os escândalos de corrupção que envolviam o futebol mundial conhecido como “*FIFAgate*”, deflagrado em maio de 2015, que levou a revelações comprovadas de um amplo esquema de corrupção que envolvia os cartolas da entidade máxima do futebol mundial e dezenas de outros cartolas de entidades nacionais de futebol, como a CBF.

É relevante destacar que, nesse ínterim, três dos últimos presidentes da CBF, a saber, Ricardo Teixeira, José Maria Marin e Marco Polo Del Nero, são implicados de forma umbilical e notória nesses escândalos, sendo que um deles está preso desde meados de 2015, em Nova York (Marin), condenado em processos por lavagem de dinheiro, fraude e organização criminosa, enquanto os outros dois não podem sair do Brasil, por receio de serem presos, pelas mesmas acusações atribuídas a Marin, e deportados para os Estado Unidos, sede das investigações sobre o “*FIFAgate*” coordenadas pelo FBI (Federal Bureau Investigation) e pelo Departamento de Justiça do Estados Unidos.

O escândalo do “*FIFAgate*” revelou como durante décadas funcionava um amplo esquema de corrupção comandado por alguns “*cartolas*” do futebol internacional (os dirigentes da FIFA), que operava a partir das relações políticas e institucionais que a entidade possuía com governos de quase todos os países do mundo, articuladas com grupos empresariais internacionais vinculados a dirigentes de diversas confederações internacionais e federações nacionais de futebol. Esse *modus operandi* corrupto dos cartolas da FIFA sequestrou o esporte mais popular do planeta, privatizando de forma ilegal e corrupta, os lucros gerados pelo futebol mundial.

Envolvidos de forma direta nesse amplo esquema de propinas, lavagem de dinheiro, sonegações fiscais e organizações criminosas montado pelos *cartolas da Fifa* e seus “parceiros” estavam grandes nomes da *cartolagem* nacional. Do mesmo modo, com esse esquema ficava evidente o *modus operandi* de embaralhar, de forma cínica e ardilosa, os interesses privados com as questões públicas para privatizar lucros e socializar perdas, tanto no campo político como na esfera econômica, num evidente caso de prevalência do particularismo privatista que sequestra e corrompe os bens e interesses públicos.

Denúncias realizadas pelo ministério público da Suíça e dos Estados Unidos descobriram o envolvimento Havelange, Teixeira, Marin e Del Nero, a nata da *cartolagem da CBF* nas últimas décadas, nos esquemas do “*FIFAgate*”, uma vez que foram acusados de receberem propinas de empresas privadas internacionais para facilitarem contratos de direitos de transmissão televisão de grandes torneios internacionais de futebol, além de venderem seus votos em escolhas de sedes da Copa do Mundo de futebol desde meados da década de 1990.

De acordo com as conclusões da justiça suíça os cartolas brasileiros, Havelange e Teixeira, cometeram inúmeros crimes, dentre os quais enriquecimento ilícito e significativos prejuízos econômicos e financeiros para a FIFA.

Todavia, um destaque desse processo emergiu de forma curiosa e extremamente relevante para o cerne de nossa pesquisa: os argumentos utilizados pelos advogados dos cartolas brasileiros e da FIFA publicados no documento oficial da Corte suíça, no qual alegavam que não havia problemas nos atos comprovadamente corruptos de seus cartolas, uma vez que a *maioria da população* de países da América do Sul e da África tem nos subornos e propinas parte de sua “renda normal”:

“Os representantes legais da Fifa são de opinião, ainda, de que implementar a devolução do dinheiro seria quase impossível. Eles justificam isso, *inter alia* (termo usado no meio jurídico para designar “entre outras coisas”) com o argumento de que uma queixa da Fifa na América do Sul ou da África dificilmente seria aplicada, pois pagamentos e subornos pertencem ao salário recorrente da maioria da população”. (CHADE, 2015, p.79)

Em outras palavras, os argumentos da defesa dos *cartolas* corruptos defendem a tese de que a cultura brasileira é, ao mesmo tempo, permissiva e constituída por práticas

de suborno e propinas que, no limite, expressam a problemática que envolve as confusões público-privadas de nossas instituições e classes dirigentes, visto que são fundamentadas em relações pessoais, clientelismo, conchavos e sequestro dos interesses públicos por grupos privados. Essa imagem que a entidade possui em relação à cultura política nacional é tão arraigada que foi oficialmente empregada até mesmo diante da justiça suíça.

Nesse sentido as relações históricas dos *cartolas da CBF*, como Havelange, Marin, Teixeira e Del Nero, com o patronato político nacional, tanto em épocas democráticas como nos períodos ditatoriais, são demonstrações de que, apesar de se apresentar como uma entidade privada em sua gênese e atualidade e, a despeito de períodos que esteve sob a tutela do estado brasileiro, as articulações políticas da entidade e de seus dirigentes junto a partidos políticos e grupos empresariais são notórias.

A entidade nas últimas décadas financiou campanhas eleitorais de deputados federais, como pode ser observado e constatado nas declarações oficiais da justiça eleitoral de doações da CBF para alguns parlamentares nos últimos anos (CHADE, 2015), visando à defesa e representação de seus interesses no Congresso Nacional. Tais condições articuladas com o fato de muitos presidentes de clubes e federações estaduais terem sido eleitos deputados federais nas últimas três décadas propiciaram a formação da denominada “*Bancada da Bola*”.

Segundo o jornalista Jamil Chade (CHADE, 2015) um levantamento feito pelo deputado Silvio Torres do PSDB e por outros congressistas afirmou que a CBF doou 12,5 milhões de reais a federações e políticos entre 1998 a 2000. Com tais práticas, os *cartolas da CBF* conseguiram, via “*Bancada da Bola*”, evitar pautas e projetos de lei no Congresso Nacional que complicassem a sua situação, assim como conseguiram bloquear investigações que pudessem implicar a própria instituição. Essa articulação política entre parlamentares e oligarcas da CBF nos auxilia na compreensão das razões que explicam porque Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), instauradas no Congresso desde o final da década de 1990 para investigar denúncias que comprometiam importantes *cartolas da CBF*, pouco fizeram de concreto, como indiciamentos e prisões dos implicados, apesar de fartas denúncias.

Outros fatos recentes a serem destacados nas articulações políticas dos *cartolas da CBF* junto aos poderes decisórios da República Brasileira que evidenciam atropelos impostos ao interesse público nacional assim como a falta de transparência dos processos oficiais de tais decisões consistem nas medidas adotadas pelo governo federal durante a campanha, organização e realização da Copa do Mundo de futebol no Brasil em 2014.

Desde os primeiros passos da campanha brasileira em prol de se tornar sede do mundial de 2014, os *cartolas da CBF* professavam de forma sincronizada e uníssona junto às autoridades do governo federal à época uma espécie de mantra: “*A Copa não terá dinheiro público*”. Porém, como hoje é notório, a Copa do Mundo de 2014 foi financiada com muito investimento público de todas as instâncias dos poderes da República brasileira,

sendo que do total de 28 bilhões de reais gastos na organização do evento, conforme dados oficiais, 8 bilhões de reais vieram de recursos públicos.

Esse “financiamento” traduziu-se nos empréstimos do BNDES, para a construção de estádios como grandes empreiteiras; nas isenções fiscais para a FIFA e seus parceiros comerciais; na construção de obras de infraestrutura exigidas pela FIFA, além da aprovação da Lei nº12.663 de 5 de junho de 2012, conhecida como “*Lei Geral da Copa*”, que, além de solapar exigências e normas constitucionais vigentes no território nacional, acabou por isentar a entidade máxima do futebol de qualquer responsabilidade, financeira, econômica e/ou política de um eventual fracasso do evento.

Dessa forma, podemos afirmar que tais medidas expressam como essas articulações políticas produziram uma situação de *lucros privados e prejuízos públicos*, ou seja, evidenciando, uma vez mais, a problemática proposta nessa pesquisa, isto é, como os *cartolas da CBF* se apropriaram de forma privatista ao longo do tempo, via relações políticas e esquemas de corrupção, da maior paixão esportiva brasileira: o futebol nacional.

3 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diante da proposta apresentada nesse trabalho, ou seja, compreender os valores sociais e relações de poder que movem o desenvolvimento de instituições e atores políticos no futebol brasileiro, empreguei autores, teorias e conceitos diversos do campo das Ciências Sociais, com intuito de elaborar um arcabouço teórico, amplo e consistente, para pensar a complexidade inerente a problemática, com vistas a alargar os fundamentos teóricos que orientam essa pesquisa.

Dessa maneira, a abordagem se pauta em interpretações e teorias de autores que trataram essas questões, como a formação e desenvolvimento do caráter nacional brasileiro, de forma ampla e diversificada, como a cordialidade em Sérgio Buarque de Holanda e suas contribuições para abordarmos a confusão público-privada na realidade social brasileira (HOLANDA, 1995), Raymundo Faoro e o patrimonialismo no Brasil (FAORO, 2012), assim como as percepções e discussões mais contemporâneas acerca das aplicações teóricas do patrimonialismo na compreensão da sociedade brasileira fundamentadas nas reflexões de Luiz Werneck Vianna (VIANNA, 1999), Jessé de Souza (SOUZA, 2015; 2017) e Carlos Eduardo Sell (SELL, 2016). Ademais, a relação proposta por Gilberto Freyre que abarca como o caráter singular do povo brasileiro foi corporificado no universo do futebol. (FREYRE, 1967).

Objetivando uma sustentação teórica mais ampla para fundamentar as hipóteses, problemáticas e a tese central dessa pesquisa utilizo conceitos e autores que permitem pensar e compreender o futebol como parte integrante de processos sociais e políticos de maiores dimensões. Para tal intuito abordo as categorias conceituais do “*processo civilizador*”, a “*esportização dos passatempos*” além das reflexões sobre a sociologia do futebol na obra do sociólogo alemão Norbert Elias (ELIAS, 1939).

Nesse sentido a pesquisa aborda as origens e expansão do “futebol moderno” como mais um elemento do “processo civilizador” no Ocidente segundo a perspectiva adotada por Norbert Elias e Eric Dunning na obra *Busca por Excitação: Esporte e Lazer no Processo Civilizador* (1986), com destaque ao conceito eliasiano de “esportização dos passatempos”. Ou seja, como a organização da “Association Football” na Inglaterra em 1863, considerada o marco inicial das regras fundantes do que convencionalmente é denominado de “futebol moderno”, expressou mais um elemento de longo e complexo desenvolvimento de normatizações e uniformizações de práticas de lazer fundamentadas num processo de “disciplinarização” de comportamentos individuais e valores coletivos, cuja expansão do “futebol moderno” pelo mundo, a partir de sua origem inglesa no final do século XIX, permite pensá-lo como um componente extremamente relevante nesse “processo civilizador” na perspectiva eliasiana.

Para ampliar as bases teóricas dessa pesquisa me fundamento nos conceitos de *Campo* e *Habitus* em Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1989). O conceito de *Campo* na obra de Bourdieu é empregado para que possamos compreender, de forma mais acurada, as complexas relações sociais que compõem os mais diversos elementos de uma sociedade moderna (BOURDIEU, 2004). Em sua perspectiva, as sociedades modernas são compostas por microcosmos sociais articulados (campos) que, apesar de possuírem lógicas internas singulares e autônomas, também constituem estruturas e, portanto, estão implicados a espaços sociais de maiores dimensões.

Assim sendo, Bourdieu propõe que cada *Campo* determina uma forma específica de *Habitus* em seu interior, ou seja, nos termos do sociólogo francês essa categoria expressa “estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes”, já que podemos pensar esse conceito bourdieuniano como um *sistema de predisposições incorporadas* pelos agentes que atuam, tanto no interior de cada campo estruturando novas práticas e incorporando ações e valores que já estão estruturados na singularidade desse campo, como nas relações estabelecidas entre os diversos campos que configuram uma sociedade.

Tais categorias bourdieunianas propiciam sustentáculos teóricos para que eu possa abordar de forma mais consistente os *Habitus* dos *cartolas da CBF*, tanto no campo singular que constitui o futebol brasileiro como no âmbito das relações políticas e valores que integram diversos setores da sociedade brasileira e do futebol internacional.

Outras partes integrantes do arcabouço teórico dessa pesquisa consistem nas abordagens da sociologia do esporte em autores como Eric Dunning na obra *Sociologia do Esporte e os Processos Civilizatórios* (DUNNING, 2014) e o livro *Sociologia do Esporte: Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*, do sociólogo britânico Richard Giulianotti (GIULIANOTTI, 2010). Ampliando as bases teóricas dessa pesquisa utilizo as interpretações de José Miguel Wisnick no ensaio *Veneno Remédio: o Futebol e o Brasil* (WISNICK, 2008), as reflexões e análises acerca da criação e desenvolvimento das instituições que comandam o futebol brasileiro, a CBD e a CBF na obra *A regra do Jogo: Uma História Institucional da CBF* do historiador Carlos Eduardo Sarmiento (SARMENTO, 2006).

A pesquisa possui como referenciais históricos sobre as origens e desenvolvimento do futebol, tanto em termos gerais como no contexto da sociedade brasileira, autores e obras como dos historiadores Hilário Franco Júnior e seu livro *A Dança dos Deuses: futebol, sociedade e cultura* (FRANCO, 2007) e Joel Rufino dos Santos e sua obra *História Política do Futebol Brasileiro* (SANTOS, 1981), além de célebres ensaios que versam sobre o assunto como *A Pátria de Chuteiras* de Nelson Rodrigues, (RODRIGUES, 2013) e *O Negro no Futebol Brasileiro* de Mário Filho (FILHO, 2013).

REFERÊNCIAS

ABREU, A. de & PETROCILLO, C. **O Delator – A história de J. Hawilla o corruptor devorado pela corrupção no futebol**. Rio de Janeiro. Editora Record. 2018

BARRETO, T. V. **Gilberto Freyre e o futebol-arte**, Revista USP, São Paulo, n. 62, pp. 233-8, jun./ago. 2004.

CHADE, J. **Política, Propina e Futebol: como o “padrão FIFA” ameaça o esporte mais popular do planeta**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BOURDIEU, P. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989. p. 59-73.

BOURDIEU, P. **Algumas propriedades dos campos**. In: BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

_____. **Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro**. In: DAMATTA, Roberto & FLORES, Luis Felipe Baêta Neves & GUEDES, Simoni Lahud.

_____. **A bola corre mais que os homens: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre o futebol**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

DUNNING, E. (Org.). **Sociologia do Esporte e os Processos Civilizatórios**. 1ª edição São Paulo: Annablume, 2014

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. vol.01

_____. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.vol.02

_____. & DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Tradução: de Maria Manuela de Almeida e Silva, Lisboa: Difel, 1992.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Prefácio Gabriel Cohn. 5ª Edição. São Paulo: Globo. 2012.

FILHO, M. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro. Mauad, 2003.

FRANCO, Maria Silva do Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo, Editora Unesp. 1997.

FREYRE, G. **Sociologia**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. Vol. 2.

GIULIANOTTI, R. **Sociologia do Futebol: dimensões históricas e sociológicas do esporte das multidões**. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira Brant e Marcelo Nunes. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

JÚNIOR, H. F. **A Dança dos Deuses: futebol, sociedade e cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, B. B. B. de. **O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. In: MAUSS, M. Sociologia e antropologia. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2003. p. 183-314.

REBELO, A. & TORRES, S. **CBF-NIKE: as investigações da CPI do futebol**. São Paulo: Casa Amarela, 2011.

ROMÁRIO, **Um olho na bola e outro no cartola: o crime organizado no futebol brasileiro**. 1ª Edição. São Paulo: Planeta, 2017.

SANTOS, J. R. **História Política do Futebol Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SARMENTO, C. E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SELL, C. E. **As Duas Teorias do Patrimonialismo em Max Weber**. In: X Congresso da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) Belo Horizonte. 2016.

_____. **Max Weber e a Racionalização da Vida**. Petrópolis, Vozes, 2013

SOUZA, J. J. F. **A tolice da inteligência brasileira - ou como o País se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Ed. Leya, 2015.

_____. **A Elite do Atraso: da escravidão a Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

RODRIGUES, N. **A pátria de chuteiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

WERNECK VIANNA, L. J. **Weber e a Interpretação do Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, pp.1-15.1999.

WISNICK, J. M. **Veneno Remédio: O futebol e o Brasil**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidentes de Transporte Terrestre 41, 42, 44, 46, 51, 54, 55

Adoção 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 141

Afetos 78, 80, 85, 86, 87, 88, 89

Aglomerados 41

Agronegócio 106, 107, 109, 113, 114, 115, 117

Ancestralidade 216, 217, 222, 223

C

Capital 15, 67, 68, 71, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 122, 123, 126, 127, 130, 131, 147, 152, 169, 171, 173, 183, 184, 186, 188, 189, 201, 202, 207, 211, 212

Cartolas 155, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165

CBF 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167

Conservadorismo Social e Econômico 121, 123, 129

Coping 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105

Corrupção 155, 156, 159, 161, 162, 164, 166, 181

Covid 19 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

Cultura de Paz 133, 136, 137, 139, 140, 141, 142

D

Direito Fundamental 133, 135, 168, 169, 172, 173, 174, 176, 177

Doença Ocupacional 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24

E

Economia Solidária 78, 79, 83, 88, 89, 182, 202

Estado 36, 47, 48, 55, 56, 61, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 94, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 144, 147, 149, 151, 158, 159, 160, 161, 163, 166, 168, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 200, 201, 204, 205, 220

Ex-Presidiários 119, 120

G

Gestão Pública 1, 11, 227

H

Hiato do Gênero 25

I

Independência Congoleza 121, 126, 129

Institucionalização 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 128, 148

J

Justiça Restaurativa 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143

M

Medida Socioeducativa 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177

Mortalidade 3, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56

MST 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 199

N

Negociação Coletiva 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117

P

Política 76, 89, 147, 154, 155, 166, 167, 179

Política Pública 106, 107

Práticas Pedagógicas 133, 135

Previdência 19, 124

Procedimentos Hemodinâmicos 1, 10

Profissionalização 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177

R

Regime Disciplinar Diferenciado 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154

Reinserção 58, 63, 64, 119, 174

Rotas Metabólicas Bioquímicas 25, 38

S

Socialismo 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200

Socioeducandos 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176

T

Trabalho 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 32, 33, 34, 36, 38, 40, 45, 53, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 130, 133, 139, 142, 146, 150, 155, 156, 164, 168, 169, 171, 173, 174, 175, 177, 181, 182, 188, 190, 191, 192, 204, 207, 208, 210, 211, 213, 220, 221, 225

Transtorno do Espectro Autista (TEA) 90, 91, 92

Turismo 66, 71, 72, 76, 77

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020